Proc

CONVÊNIO Nº 07/2026.

INSTRUMENTO DE CONVÊNIO Nº 07/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O SAME/FM – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO E A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO, DECORRENTE do processo administrativo nº 1875/2026.

Pelo presente Instrumento de Convênio, de um lado o **SAME/FM – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO**, Autarquia Municipal inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.045.351/0001-61, com sede à Praça da Liberdade, nº 10 – Jardim Sinobe, 2º andar – Francisco Morato/SP – CEP: 07908-165, neste ato representado pelo Superintendente do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato, Senhor **THIAGO CAMPOS AMADO**, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador da cédula de identidade RG nº 41.843.474-8, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 228.724.368-20, de ora em diante designado **CONVENENTE** e, de outro lado o **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO – "SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCISCO MORATO"** – associação de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.975.174/0030-36, estabelecido na Rua dos Cravos, nº 230, Vila Espanhola, Francisco Morato/SP – CEP: 07990-050, representada por seu Presidente o Sr. **CLAUDIO CAETANO LIBERATORI**, portador da cédula de identidade RG nº 4.121.183-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 663.026.338-34, o qual, na forma de procuração, lavrada em 22/12/2025, no Tabelião de Registro Civil do 33º Subdistrito – Alto da Mooca – Capital do Estado de São Paulo, Livro nº 0371, página nº385, 1º translado, por ele outorgada, confere poderes ao Senhor **ROGÉRIO ARAÚJO MEDEIROS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 15.578.924-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.648.738-50, de ora em diante designado **CONVENIADO**, resolvem, de comum acordo e **com base na Lei Federal nº 14.133/21, artigo 184, Processo nº1875/2026** celebrar o presente **CONVÊNIO**, na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do convênio consiste na utilização de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Tipo II, objetivando suporte assistencial intensivo aos pacientes em estado crítico, seguindo normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde, evitando a transferência para outras unidades referência SIRESP. O presente Convênio com o Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato - SAME/FM, será sem ônus para Municipalidade, conforme cronograma de desembolso e Plano de Trabalho, com governança alinhada ao Convênio nº 151/2026 – SES-PRC-2025-00912 DM.

1.2. A transferência de recursos financeiros firmados via convênio nº 000151/2026 – Processo nº SES-PRC-2025-00912-DM, terá por objeto o fortalecimento do

desenvolvimento das ações e serviços de assistência a Saúde prestados aos usuários do SUS na região do DRS 1-SP Grande São Paulo.

1.3. O Plano de Trabalho apresentado pelo **CONVENIADO** e aprovado pelos **CONVENENTES** faz parte integrante do presente Convênio.

1.4. O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Superintendente da Saúde, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPÉCIES DE SERVIÇOS EM SAÚDE

2.1. Para atender o objeto deste convênio, o **CONVENIADO** se obriga a oferecer aos usuários do SUS na região do DRS 1-SP Grande São Paulo, os seguintes serviços:

A. Internação de alta complexidade em Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II.

B. Internação de baixa/média Complexidade em Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Pediatria, sendo referência Municipal via NIR - Núcleo Interno de Regulação;

C. Laboratório de Análises Clínicas e Diagnose por Imagem (ultrassonografia, mamografia e Raio X digital);

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESTRUTURA HOSPITALAR, DOS SEGUINTES SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

3.1. O **CONVENIADO** se obriga a disponibilizar aos usuários do SUS na região do DRS 1-SP Grande São Paulo na própria estrutura hospitalar, dos seguintes serviços de apoio diagnóstico e terapêutica, conforme Título X da Portaria de Consolidação nº 3 de 28/09/2017, conforme discriminação abaixo:

a) Centro cirúrgico;
b) Serviço radiológico convencional;
c) Serviço de ultrassonografia portátil;
d) Serviço de ecodopplercardiografia;
e) Hemogasômetro 24 horas;
f) Serviço de laboratório clínico, incluindo microbiologia.

3.1.2. O **CONVENIADO** se obriga ainda a garantir acesso em tempo hábil aos seguintes serviços de diagnóstico e terapêutica, no hospital ou em outro estabelecimento, por meio de acesso formalizado com grade de referência estabelecida oficialmente e validado pelas centrais de regulação:

a) Cirurgia Cardiovascular;
b) Cirurgia Vascular;
c) Cirurgia Neurológica;
d) Cirurgia Ortopédica;

e) Cirurgia Urológica;
f) Cirurgia Buco - Maxilo facial;
g) Radiologia intervencionista;
h) Ressonância Magnética;
i) Tomografia Computadorizada;
j) Anatomia Patológica;
k) Agência Transfusional 24 horas.

3.1.3. Cumprir com as normas para ambiência e estrutura física estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

3.2. Para habilitação no SUS, a Unidades de Terapia Intensiva Adulto Tipo II deverá dispor, minimamente, dos materiais e equipamentos descritos nos apêndices I e II do Título X da Portaria de Consolidação nº 3 de 28/09/2017.

3.3. Para habilitação, a UTI-a Tipo II deverá contar com a seguinte equipe multiprofissional mínima:

I - 01 (um) médico responsável técnico com jornada mínima de 4 horas diárias, podendo acumular o papel de médico rotineiro, com habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título;

II - 01 (um) médico rotineiro, para cada 10 (dez) leitos ou fração, com jornada de 04 (quatro) horas diárias, para a unidade, com habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título;

III - 01 (um) médico plantonista, para cada 10 (dez) leitos ou fração, em cada turno, com no mínimo três certificações entre as descritas a seguir:

a) Suporte avançado de vida em cardiologia;
b) Fundamentos em medicina intensiva;
c) Via aérea difícil;
d) Ventilação mecânica; e
e) Suporte do doente neurológico grave.

IV - 01 (um) enfermeiro coordenador, com jornada mínima de 04 horas diárias, podendo acumular o papel de enfermeiro rotineiro, com habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título;

V - 01 (um) enfermeiro rotineiro, para cada 10 (dez) leitos ou fração, com jornada de 04 (quatro) horas diárias, com habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título;

VI - 01 (um) enfermeiro plantonista, para cada 10 (dez) leitos ou fração, em cada turno;

VII - 01 (um) fisioterapeuta responsável técnico, com jornada diária mínima de 06 horas, com no mínimo 02 anos de experiência profissional, comprovada em Unidade de Terapia Intensiva;

VIII - 01 (um) fisioterapeuta plantonista, para cada 10 (dez) leitos ou fração, em cada turno, sendo exclusivo em pelo meno três turnos, perfazendo um total de 18 horas diárias;

IX - 01 (um) fonoaudiólogo disponível para a unidade;

X - 01 (um) psicólogo disponível para a unidade;

XI - Técnicos de enfermagem: no mínimo 01 (um) para cada 02 (dois) leitos em cada turno;

XII - Auxiliares administrativos: no mínimo 01 (um) exclusivo da unidade;

XIII - Funcionários exclusivos para serviço de limpeza da unidade, em cada turno.

3.3.1. O médico e o enfermeiro poderão assumir responsabilidade técnica ou coordenação em, no máximo, 02 (duas) UTI.

3.4. Os seguintes recursos assistenciais deverão ser garantidos no hospital por meios próprios ou terceirizados, com os seguintes serviços à beira do leito:

a) Assistência nutricional;
b) Terapia nutricional (enteral e parenteral);
c) Assistência farmacêutica;
d) Assistência clínica vascular;
e) Assistência clínica cardiovascular;
f) Assistência clínica neurológica;
g) Assistência clínica ortopédica;
h) Assistência clínica urológica;
i) Assistência clínica gastroenterológica;
j) Assistência clínica nefrológica, incluindo hemodiálise;
k) Assistência clínica hematológica;
l) Assistência clínica hemoterápica;
m) Assistência clínica oftalmológica;
n) Assistência clínica otorrinolaringológica;
o) Assistência clínica de infectologia;
p) Assistência clínica cirúrgica geral;
q) Assistência clínica ginecológica;
r) Assistência odontológica;
s) Assistência de terapia ocupacional;
t) Assistência social;
u) Assistência endocrinológica;
v) Serviço de radiografia móvel;
w) Serviço de endoscopia digestiva alta e baixa;
x) Serviço de fibrobroncoscopia;
y) Serviço de eletroencefalografia; e
z) Capacidade de comprovação de morte encefálica.

3.5. Assistência Farmacêutica, de Enfermagem, de Nutrição e outras, quando indicadas;

3.6. Assistência Técnico-Profissional e Hospitalar;

3.7. Medicamentos receitados e outros materiais utilizados, sangue e hemoderivados;

3.8. Serviços Gerais;

3.9. Roupa hospitalar;

3.10. Alimentação, com observância das dietas prescritas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

4.1. Caberá ao **CONVENIADO**, na execução do presente Convênio:

4.1.1. O CONVENIADO atenderá aos usuários do SUS na região do DRS 1-SP Grande São Paulo (Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã, Caieiras e Cajamar), oferecendo a utilização de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Tipo II, objetivando suporte assistencial intensivo aos pacientes em estado crítico, seguindo normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde, Resoluções da Diretoria Colegiada – RDC nº 07 de 24 de fevereiro de 2010, nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 e nº 50/2002, evitando a transferência para outros unidades referência SIRESP executados diretamente por profissionais do **CONVENIADO** e/ou por profissionais que autorizar ou, devidamente autorizados pelos **CONVENENTES**, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades assistenciais descritas neste instrumento.

4.2. Oferecer serviços de Assistência Médico-Hospitalar, executados diretamente por profissionais do **CONVENIADO** e/ou por profissionais que autorizem ou, devidamente autorizados pelos **CONVENENTES.**

Parágrafo Único. Consideram-se profissionais do próprio **CONVENIADO**:

I. Os que integram o seu corpo clínico;
II. Os que tenham consigo vínculo empregatício;
III. Os que tenham consigo vínculo empregatício;

4.2.1. O **CONVENIADO** franqueará o ingresso à sua Unidade Hospitalar de qualquer profissional médico, desde que solicitado pelo próprio paciente ou seu representante legal, sempre dentro dos preceitos éticos preconizados pelo Conselho Regional de Medicina.

4.3. É vedada a cobrança por serviços médicos, hospitalares e outros complementares da assistência devida ao paciente, usuário do Sistema Único de Saúde – SUS.

4.3.1. O **CONVENIADO** se responsabilizará por cobrança indevida feita ao paciente/usuário do Sistema Único de Saúde, ou ao seu representante, por qualquer

profissional, empregado ou preposto, de qualquer forma vinculado ao estabelecimento Hospitalar, em razão da execução deste convênio.

4.4. Notificar formalmente os **CONVENENTES** de eventual alteração nos seus estatutos ou de sua diretoria, enviando-lhe no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos.

4.5. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, ressalvados os prazos estabelecidos em ato normativo;

4.6. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem os pacientes para fins de experimentação científica, sem conhecimento e permissão dos mesmos ou de seu representante legal e sem vinculação com instituição de pesquisa devidamente reconhecida pelos órgãos normativos dos Governos Estaduais ou Federal;

4.7. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade dos serviços ofertados;

4.8. Admitir em suas dependências para realizar atos profissionais, utilizando-se de sua infraestrutura hospitalar e desde que respeitadas às exigências contidas no Regimento Interno do Corpo Clínico, profissional contratado diretamente pelos **CONVENENTES**;

4.9. Permitir visita diária ao paciente internado, por período mínimo de 01 (uma) hora, respeitando-se a rotina dos serviços;

4.10. Esclarecer ao representante legal do paciente os seus direitos em assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

4.11. Respeitar a decisão do paciente ou de seu representante legal ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal e/ou ética;

4.12. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, bem como viabilizar seu acesso a eles através de resumos ou relatórios médicos, quando solicitado;

4.13. Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso, resguardados os direitos dos demais pacientes internados no mesmo espaço físico;

4.14. Encaminhar aos **CONVENENTES**, até o dia 14 de cada mês através da UAC Municipal, as faturas e os documentos referentes aos serviços contratados e efetivamente prestados mensalmente, para fins de prestação de contas.

4.15. Possuir e manter em pleno funcionamento as Comissões Obrigatórias e aquelas exigidas pelos Conselhos de Classe;

4.16. Instalar, no prazo previsto para cada caso, qualquer outra comissão que venha a ser criada por lei ou norma infralegal, independentemente de notificação da **CONVENENTE;**

4.17. Disponibilizar relatório de atendimento dos pacientes atendidos, com os seguintes dados:

a) Nome do paciente;

b) Nome do Hospital – Entidade Mantenedora – Empresa Prestadora de Serviços;

c) Localidade (Município/Estado);

d) Resumo do(s) motivo(s) da Internação – Número do CID atualizado;

e) Resumo dos procedimentos técnicos adotados;

f) Data de internação e da alta hospitalar;

g) Tipo de órtese, prótese, material e procedimentos especiais utilizados, quando for o caso.

4.18. Atender os pacientes que necessitarem dos serviços de UTI – incluindo O objeto objetivando suporte assistencial intensivo aos pacientes em estado crítico, seguindo normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde, evitando a transferência para outras unidades referência SIRESP, compreendendo assistência médica e/ou medicamentosa, se necessário, executando todos os procedimentos adequados, respeitando as peculiaridades de cada caso;

4.19. O **CONVENIADO** deverá disponibilizar todas as informações assistenciais e financeiras, de acordo com critérios e periodicidade estabelecidos pelos **CONVENENTES** e sempre que solicitadas para a realização do acompanhamento, controle e avaliação das ações e serviços de saúde conveniados, colaborando com a fiscalização no emprego de recursos públicos, devendo autorizar a qualquer tempo o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de contas correspondente aos processos, aos documentos e as informações relacionadas a este Instrumento, bem como aos locais de execução do objeto.

4.20. É de responsabilidade exclusiva e integral do **CONVENIADO** a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, incluídos pagamentos pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONVENENTE.

4.21. É de responsabilidade exclusiva e integral do **CONVENIADO** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Instrumento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do **CONVENIADO** em relação

ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto deste Instrumento ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.22. O **CONVENIADO** deverá cumprir os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos consistentes na divulgação pela via eletrônica de todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; Termo de Convênio; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal, conforme orientação do TCE/SP – COMUNICADO SDG. Nº 016/2018, instrução normativa nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4.23. Manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, aberta junto ao banco do Brasil;

4.24. Manter registros, notas fiscais, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do Convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;

4.25. Restituir à Convenente os valores transferidos em caso de inexecução do ajuste, no prazo improrrogável de 30 dias da denúncia ou rescisão do presente Convênio;

4.26. Disponibilizar, em seu sítio oficial na rede mundial de computadores, informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado, termos de ajustes; plano de trabalho, relação nominal dos dirigentes, valores repassados, lista de prestadores de serviços (pessoas físicas ou juridicas) e os respectivos valores pagos, remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções, balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal (Comunicado SDG n 16/2018 com atualizações pelo Comunicado nº 49/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONVENIADO

5.1. O **CONVENIADO** é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;

5.2. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONVENIADO**, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislações existentes;

5.3. A responsabilidade de que trata esta Cláusula, estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos estritos termos do Artigo 14 da Lei 8.078/90.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENENTES

6.1. Compete aos **CONVENENTES**, na execução do presente Convênio:

6.1.1. Nomear e manter em atividade regular a Comissão de Fiscalização, Auditoria e Avaliação no âmbito do SAME/FM, formada por representantes da Superintendência dos Negócios da Saúde;

6.1.2. Providenciar a publicação de extrato do Convênio na Impressa Oficial, sem prejuízo de observar as disposições do artigo 94 c.c. 184 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.1.3 - Repassar o aporte financeiro recebido da Secretaria do Estado de São Paulo, decorrente do Convênio firmado nº151/2026, em favor da Conveniada, observando-se o cronograma financeiro e o plano de trabalho vinculado a este instrumento que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

7.1. O controle, avaliação, vistoria e fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob a responsabilidade do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato – SAME/FM, da Comissão de Fiscalização, Auditoria e Avaliação no âmbito do SAME/FM e do Conselho Municipal de Saúde.

7.2. Sem prejuízo do acompanhamento, fiscalização e da normatização principal exercida pelos **CONVENENTES** sobre a execução do objeto deste instrumento, as partes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da Direção Nacional do SUS, decorrente da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de Termo específico ou de Notificação dirigida ao **CONVENIADO**.

7.3. Os **CONVENENTES** vistoriarão as instalações do **CONVENIADO** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste contrato.

7.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do **CONVENIADO** poderá ensejar a não prorrogação deste contrato, ou, a revisão das condições ora estipuladas, incumbindo-lhe comunicar os **CONVENENTES**.

7.5. A fiscalização exercida pelos **CONVENENTES**, sobre os serviços ora pactuados não eximem o **CONVENIADO** da sua plena responsabilidade perante o Ministério da Saúde, os **CONVENENTES**, ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços objetos do presente contrato.

7.6. O **CONVENIADO** obriga-se a permitir aos **CONVENENTES** o acompanhamento e fiscalização permanente dos sérviços e prestar todos os esclarecimentos solicitados.

7.7. É assegurado ao **CONVENIADO** o amplo direito de defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A inobservância, pelo **CONVENIADO**, de Cláusula ou obrigação constante deste convênio ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará os **CONVENENTES**, garantida a prévia defesa, a aplicar as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa, limitada a 2% do valor global do contrato, "pro rata die";

III – Suspensão temporária das Internações e prestação de serviços de SADT;

IV – Suspensão temporária e impedimento de contratar ou conveniar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos.

8.2. A imposição de qualquer das penalidades previstas no item 8.1, dependerá da gravidade do fato que a motivar, considerando sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ocorreu.

8.3. Da aplicação da penalidade, o **CONVENIADO** terá prazo de 10 (dez) dias para interpor recurso dirigido ao Superintendente do Serviço de Assistência Médica.

8.4. O valor da multa que vier a ser aplicada será cobrada diretamente ao **CONVENIADO**.

8.5. A imposição de qualquer das sanções estipuladas não elidirá o direito dos **CONVENENTES** de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente convênio retroagirá efeitos financeiros a partir de 19/03/2026, perdurando pelo período de 12 (doze) meses ou até a finalização do processo de habilitação dos leitos pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único – A revisão/repactuação do Convênio se dará de acordo entre os partícipes e através de termo aditivo próprio, sendo vedada a mudança de seu objeto, com prévia aprovação do Superintendente do SAME.

9.2 – Fica rescindido a partir da assinatura deste instrumento o Convênio nº 06/2026, oriundo do processo administrativo nº 4348/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 As despesas do presente Termo Aditivo serão cobertas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 03 - SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato.

Orgão: 01 - SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato.

Unidade: 01 - SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar.

Programa: 3003 – Fortalecimento do Atendimento Hospitalar e Ambulatorial.

Ação: 2309 – Contratação de Terceiro Setor pra ampliação dos serviços de Saúde destinados a População.

Natureza: 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

"DESTINAÇÃO DE RECURSO"

02.300.0000 – Recurso Estadual

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REPASSE

11.1. O **CONVENIADO** receberá mensalmente a importância referente aos serviços pactuados e disponibilizados, conforme Plano de Trabalho, aprovado por esta Autarquia.

11.2. As despesas decorrentes dos atendimentos ora pactuados terão o repasse de até R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) por mês, totalizando o valor global previsto para repasse de até R$5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais).

11.3. Os recursos financeiros Estadual deverão ser repassados até o último dia útil do mês corrente, mediante solicitação enviada pela **CONVENIADA**, via ofício direcionado ao gestor do Convênio.

11.4. O pagamento estará condicionado ao repasse a ser realizado pelo órgão Estadual, nos termos do cronograma vinculado ao Convênio nº 151/2026 – SES-PRC-2025-00912-DM à correta prestação de contas, livre de inconsistências, conforme critérios estabelecidos pelo **CONVENENTE**, bem como ao envio tempestivo da documentação completa, conforme definido na cláusula 12 deste instrumento.

11.5. O **CONVENIADO** deverá possuir conta-corrente específica para cada fonte de Recurso (Federal, Estadual e Municipal) as quais deverão ser exclusivas para este Convênio, constando como titular o **CONVENIADO**.

11.6. Os recursos financeiros descritos na Cláusula 11.2, utilizados para o pagamento dos serviços descritos neste Convênios pactuados através do Plano de Trabalho poderão serem compostos além do aporte financeiro do Ministério da Saúde – Recursos do Governo Federal e/ou do orçamento próprio da Prefeitura do Município de Francisco Morato, repassados através da Autarquia Municipal Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato SAME/FM como descrito, ou ainda poderão serem compostos por aporte financeiro do Governo Federal ou Estadual através de Emendas ou Convênios firmados com estas instâncias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. O **CONVENIADO** prestará contas da seguinte forma:

12.1.1. Encaminhar aos **CONVENENTES**, até o dia 14 de cada mês através da UAC Municipal, as faturas e os documentos referentes aos serviços aqui pactuados e efetivamente prestados mensalmente, acompanhado das:

I. Certidão negativa Conjunta de Débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União – mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN), expedida pela Receita Federal do Brasil;

II. Prova de inexistência de débitos inadimplidos mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, e na Resolução n.º 1.470 de 2011 do Tribunal Superior do Trabalho, alteradas pelos Atos TST. GP n.º 772/2011 e n.º 01/2012;

III. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

IV. Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos quanto aos Tributos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal;

12.1.2. Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

12.1.3. Declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigente(s) da Conveniada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública convenente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

12.1.4. Certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da entidade, forma de remuneração, períodos de atuação, com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do convênio;

12.1.5. As prestações de contas devem ser protocoladas única e exclusivamente na Secretaria do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato – SAME/FM.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este convênio regula-se por suas próprias cláusulas, aplicando-se-lhe, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, e Instrução Normativa nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado, estando sujeito às normas de Direito Público.

13.2. Pela inexecução total ou parcial deste convênio, poderão ser aplicadas ao **CONVENIADO**, sempre facultada à defesa prévia, às sanções previstas em Lei.

13.3. Em caso de renúncia, o **CONVENIADO** estará obrigado a continuar a prestação dos serviços conveniados por mais 90 noventa dias, mediante notificação prévia devidamente motivada.

13.4. Em caso de renúncia do presente convênio, pela **CONVENENTE,** não caberá à conveniada direito à qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

14.1. É dever do CONVENENTE exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e o acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, solicitando do CONVENIADO a imediata correção de eventuais desvios detectados. Poderá ainda o CONVENENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

14.2. O SAME/FM reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos.

14.3. A fiscalização exercida pela Superintendência de Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato SAME/FM, não retira nem diminui a responsabilidade da contratada.

14.4. O gestor do contrato será designado no Termo de Ciência e Notificação, competindo-lhe as seguintes atribuições:

- controlar prazos de vencimento do contrato;
- avaliar, com auxílio do fiscal, as necessidades e possibilidades de prorrogação contratual, bem como de aditivos contratuais quantitativos e qualitativos;
- comunicar com antecedência a autoridade competente a necessidade realizar nova licitação ou a prorrogação do contrato;
- realizar formalmente as notificações aos contratados;

- sugerir à autoridade competente a aplicação de sanção, prevista em contrato, ao fornecedor por inexecução parcial ou total do objeto baseado nas informações fornecidas pela fiscalização e também de outras fontes, se for o caso, coordenando a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

- acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios produzidos pela fiscalização e demais documentos disponibilizados relativos ao objeto contratado;

- decidir provisoriamente pela suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços;

- analisar os documentos referentes ao recebimento definitivo do objeto contratado e realizar o recebimento do objeto contratado, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

14.5. O fiscal do contrato será designado no Termo de Ciência e Notificação, competindo-lhe as seguintes atribuições:

- avaliar o cumprimento das condições pactuadas considerando aspectos técnicos e administrativos;

- apoiar o gestor do contrato no exercício de suas funções;

- manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

- esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado dentre de suas competências;

- adotar medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

- exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

- realizar verificações in loco no caso de execução de serviço ou entrega de bem em unidade descentralizada, onde não haja fiscalização setorial designada;

- verificar a correta execução de obras, serviços e aplicação dos materiais, no que tange à qualidade, quantidade, técnica e demais especificações contidas no edital e conforme exigido em normas técnicas, se for o caso;

- determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e

legais, especificações e métodos de execução dos serviços e de fornecimento e emprego de materiais exigíveis para a perfeita execução do objeto;

- dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- conferir e atestar as faturas e demais documentos necessários relativos às aquisições, serviços ou obras;
- propor ao gestor a abertura de procedimento administrativo para apuração de irregularidades e eventual responsabilidade, nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- realizar o recebimento provisório do objeto contratado, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Para conhecer e julgar quaisquer questões oriundas deste instrumento será competente o Fórum da Comarca de Francisco Morato, ainda que exista outro mais privilegiado.

15.1.1. Preferencialmente ao embate judicial, as questões divergentes entre os convenentes deverão ser discutidas administrativamente com a Autarquia.

15.2. E por estarem assim devidamente ajustados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, contendo 12 (doze) laudas digitadas, de igual teor e forma, somente no anverso, na presença de testemunhas abaixo qualificadas que também o subscrevem.

Francisco Morato, 17 de Junho de 2026.

THIAGO CAMPOS AMADO
Superintendente do SAME/FM

ROGÉRIO ARAÚJO MEDEIROS
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: Marco M. L. Silva CPF nº 489.555.198-93

NOME: Elisama Morais Silva CPF nº 223.651.308-95

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONVENENTE: SAME/FM – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO.

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO.

TERMO DE CONVÊNIO N°: 07/2026.

OBJETO: O objeto do convênio consiste na utilização de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Tipo II, objetivando suporte assistencial intensivo aos pacientes em estado crítico, seguindo normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde, evitando a transferência para outras unidades referência SIRESP. O presente Convênio com o Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato - SAME/FM, será sem ônus para Municipalidade, conforme cronograma de desembolso e Plano de Trabalho, com governança alinhada ao Convênio nº 151/2026 – SES-PRC-2025-00912 DM.

VALOR: R$ 5.400.000,00 (cinco milhões, quatrocentos mil reais)

ADVOGADO(S)/ Nº OAB: Simone Alves Leal – OAB/SP 478.417

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido e seus aditamentos/o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no

Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Francisco Morato, 17 de Junho de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: Superintendente
CPF: 228.724.368-20

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:
Nome: **THIAGO CAMPOS AMADO**
Cargo: Superintendente
CPF: 228.724.368-20

Assinatura:_____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE CONVENIADA:
Nome: **ROGÉRIO ARAÚJO MEDEIROS**
Cargo: Representante Legal
CPF: 103.648.738-50

Assinatura:_____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:
Nome: **THIAGO CAMPOS AMADO**
Cargo: Superintendente
CPF: 228.724.368-20

Assinatura:_____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE CONVENIADA:

Nome: **ROGÉRIO ARAÚJO MEDEIROS**
Cargo: Representante Legal
CPF: 103.648.738-50

Assinatura:_____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: GESTORA DO CONVÊNIO:

Nome: **FLAVIA PINHEIRO PAULINO BERTAGLIA**
Cargo: COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO
CPF: 217.254.728-05

Assinatura:_____

FISCAL DO CONVÊNIO:

Nome: **DÉBORA OLIVEIRA CERAZZA FERREIRA**
Cargo: GERENTE DA AUTARQUIA
CPF: 205.977.928-60

Assinatura:_____